



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA**

Roberta dos Santos Pêgo

TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS MULHERES TUPINIKIM

Aracruz – ES

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA**

Roberta dos Santos Pêgo

TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS MULHERES TUPINIKIM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao PROLIND como requisito para obtenção do título de Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientador: Prof. Dr. Santo José da Silva

Aracruz – ES

2023

Roberta dos Santos Pêgo



TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS MULHERES TUPINIKIM

Aracruz – ES

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por cada dia vivido e pela minha humilde família. Agradeço especialmente ao meu filho mais velho por ter sido o meu grande companheiro na minha trajetória, me tornei mãe aos 18 anos de idade; gratidão também ao meu esposo por ter me incentivado para não desistir dos meus sonhos.

Mesmo diante das dificuldades, estivemos firmes e fortes no Prolind, oportunidade proporcionada por Deus e pelas nossas lideranças. Obrigado à Lucenilda por ter me incentivado a tentar esta formação indígena e a todos que me motivaram e acreditaram nesse sonho.

À minha eterna Rainha, minha Mãe, minha eterna gratidão, meu exemplo de mulher guerreira, a senhora Maria da Penha dos Santos Souza (*in memorian*), essa grande mulher que infelizmente não está aqui para me vê nesta grande etapa na minha vida, agradeço Deus pelos grandes ensinamentos que essa minha guerreira me ensinou, ela foi mãe e pai ao mesmo tempo, assim que ela partiu o meu mundo caiu, mas com ajuda de todos ao meu redor, eu continuei seguindo.

Hoje eu sei que se ela estivesse aqui ela iria ter o maior orgulho de sua filha maluquinha, era assim que ela me chamava: sou eternamente grata pelos seus ensinamentos e pela sua trajetória como mulher guerreira e meu orgulho, com ela que aprendi tudo que sei hoje sobre o papel da mulher na política.

Obrigado especialmente a minha equipe, com a qual dividi mais de 6 anos de aprendizado e conquistas, e aprendi que mulher não é sexo frágil e que o lugar dela é onde ela quiser, um pensamento que uso como motivação.

RESUMO

O objetivo com este trabalho de conclusão de curso é contribuir na preservação da trajetória política das mulheres tupinikim, a jornada de vida como mulher e líder indígena e a luta para continuar, a herança cultural e ancestral. Para isso, destaca-se a história e trajetória de vida por meio de narrativas e entrevistas conversacionais que descreveram as memórias desse público. Desta forma, realizou-se estudos narrativos construídos sobre relatos de história oral, utilizando pesquisa bibliográfica para obter materiais, que complementem os registros fotográficos de imagens narrativas obtidos de estudos de campo onde foram realizadas, entrevistas narrativas e conversacionais, foi feito com participantes da comunidade local. Contribuindo para o conhecimento e fortalecimento da identidade cultural das futuras gerações, que conhecerão e darão continuidade ao legado deixado por esse povo indígena único, que sempre se empenha em fortalecer sua identidade, valorizando sua cultura e nacionalidade.

Palavras-chave: Mulheres Tupinikim, Identidades, Fortalecimento Cultural, Resistência.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO.....	10
Porque escolhi fazer essa pesquisa e quais foram as minhas motivações.....	11
Dona Helena Coutinho.....	14
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
Memória.....	22
Identidade.....	25
Cultura	28
Mulheres Tupinikim na política.....	30
Educação e vivência indígena	33
Qual a minha trajetória pessoal no proind e na minha comunidade?	37
Política.....	41
Minha trajetória na AITG e no GRUPO da LIDERANÇA.....	41
CONCLUSÃO.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	44

APRESENTAÇÃO

O Relatório “As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas” (2017), da Comissão Interamericana de Direitos Humanos afirma que:

“Na América, as mulheres indígenas costumam enfrentar formas diversas e sucessivas de discriminação histórica que se combinam e se sobrepõe, resultando na sua exposição a violações de direitos humanos em todos os âmbitos da vida cotidiana: desde os direitos civis e políticos, o direito a aceder à justiça, até os direitos econômicos, sociais e culturais, e o direito a uma vida sem violência.”¹

O presente é uma reflexão de cunho pessoal e profissional com relação a mulher indígena Tupinikim. O objeto de estudo é a inserção da mulher indígena na vida política comunitária, entendendo por política, as organizações comunitárias instituídas coletivamente tais como a Comissão de Caciques, as Associações indígenas e de mulheres.

O projeto inicial se estruturou tendo como objetivo pesquisar o porquê das mulheres Tupinikim no passado não terem voz e nem direitos na participação nas reuniões, e por qual motivo as mulheres não podiam participar das reuniões e nem podiam opinar em relação das políticas da sua comunidade.

Os objetivos específicos foram definidos como a) Analisar se as mulheres neste século XXI tem alguma dificuldade para participar das reuniões dentro da comunidade, liderança e na comissão de caciques, e quais são essas dificuldades; b) Identificar se há fatores que continuam com alguns preconceitos com as mulheres na comunidade como no passado e comparar as mulheres indígenas na década de 70 para o século XXI.

Como metodologia definimos a abordagem da História oral por meio de entrevistas e biografias de mulheres nas comunidades. Esta pesquisa, parte de uma pesquisa-ação qualitativa, permite compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas, a pesquisa será de forma explicativa, procura conectar as ideias para compreender causas e efeitos.

¹ Relatório “As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas” (2017), da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Estavam previstas as entrevistas de quatro mulheres indígenas, senhoras:

Josenita De Souza Pego, Helena Pereira Coutinho, Maria Da Penha Francisco Ramos e Maria Martins Dos Santos. Infelizmente não foi possível fazer um trabalho de campo extenso dado problemas de saúde e o calendário de trabalho, o que resultou que apenas Helena Pereira Coutinho foi entrevistada.

O tema escolhido para o meu TCC é relacionado na trajetória das mulheres guerreiras tupinikim na política. Lembrando que este tema pode ser trabalho em sala de aula com todos os alunos independentemente da idade que eles tenham, este material poderá ser utilizado pelos professores como fonte de pesquisa. Será uma honra ver um trabalho meu sendo utilizado como fonte de pesquisa para todos os alunos, e fora ainda será de suma importância os meus parentes e futura geração conhecer o poder que uma mulher guerreira possui.

Vale ressaltar que as mulheres sempre foram dependentes, podemos dizer que os homens eram patriarcais achando que tinham um domínio sobre as mulheres, ressaltando que para a sociedade hoje pode-se dizer que o patriarcalismo quer dizer homem machista achando que eles têm o poder sobre nós mulheres, independente de sermos indígenas ou não.

Hoje e sempre as mulheres foram dependentes delas mesmas, posso citar que muitas mulheres são chefes de família e cuidada muito bem de seus filhos e as mesmas exercem esse papel muito bem: detalhe de muita importância para mim; gosto de lembrar e converso muito sobre a importância fundamental que foi a minha mãe, ela foi mãe e pai ao mesmo tempo, essa mulher para mim foi uma superação que me inspirou enquanto criança e enquanto mulher que me tornei.

Voltando a este tema maravilhoso; lembrando que temos muitas mulheres maravilhosas e guerreiras de luta. Vale lembrar que temos duas mulheres guerreiras que exerce um papel fundamental dentro de nossa comunidade, temos duas diretoras maravilhosas que exerce este papel com excelência, temos as professoras que conquistaram o seu espaço importantíssimo na vida de cada criança dentro desta comunidade, lembrando que eu fui uma dessas crianças que tive a honra de ter a tia Leila como a minha professora que ensinava os artesanatos de nossa cultura, tive a professora não indígena a tia Jovelina.

Temos mulheres dentro de nossa comunidade que são chefe de família, que por sinal tem todo o meu respeito pois fui criada por uma mulher guerreira e batalhadora, tenho muito orgulho da minha saudosa Maria da Penha dos Santos Souza. Como já havia relatado tive uma mulher como inspiração para este tema

do meu TCC Dona Helena Coutinho, como posso também relatar de uma mulher que tive na minha vida como uma grande política dentro de casa.

Felizmente temos muitas mulheres que nos inspiram que vai a luta para conquistar os seus espaços, como temos mulheres diretoras, professoras, temos grupos de mulheres guerreiras, mulheres na liderança e mulheres chefes de família, temos uma mulher indígena com o cargo de chefe de enfermeira, temos dentista, temos técnicas de enfermagem e entre outras profissões que são todas mulheres neste ramo; são mulheres guerreiras e com o seu empoderamento sem igual; infelizmente ainda não tivemos uma mulher cacica.

Ainda enfrentamos o preconceito machista de homens que não acreditam no potencial de suas esposas, de suas mães e filhas, queremos o nosso espaço queremos ter a cada dia a nossa voz sendo ouvidas e clamadas; guardarei sempre na minha memória o que Dona Helena me disse “lugar de mulheres é onde ela quiser, não se importe com o que os outros vão falar”, “mas a nossa voz nunca mais pode se calar” essa é a fala de uma sabia anciã.

INTRODUÇÃO

O povo Tupinikim é um dos mais citados entre os inúmeros indígenas, mas, paradoxalmente, no entanto, no Brasil são os menos conhecidos. Na linguagem atual, Tupinikim é sinônimo de nação (antropologia Tupiniquim, filmes Tupiniquim etc. .), mas o uso desse termo não revela a realidade de uma determinada nação lutando pela sobrevivência. Autoproclamado Tupinikim, escrito de diferentes maneiras ao longo dos anos - Topinaquis, Tupinaquis, Tupinanquins, Tupiniquins - Segundo o dicionário de etimologia portuguesa, Antenor Nascentes, com o apoio do historiador Varnhagen, significa "Tupi ao lado, vizinho", que traduz o expresso Tupin-i-ki.

O povo Tupinikim vive em duas Terras Indígenas no norte do Espírito Santo: Terra Indígena Caieiras Velhas e Terra Indígena Comboios. Todas estão localizadas na cidade de Aracruz, próximo ao antigo aldeamento "Aldeia Velha", hoje vila de Santa Cruz. A Terra Indígena Caieiras Velhas localizada às margens do rio Piraquê-Açú, e sua área é constituída por matas, Mata Atlântica, manguezais e áreas de plantio, roças individuais e coletivas e criação de gado. A TI Comboios está localizada às margens do rio de mesmo nome, quase toda sua área ocupada por Capoeira (50%) e Floresta da Restinga (40%), o solo é "pobre" e arenoso e o cultivo a aroeira para fins comerciais.

O Tupinikim mais velhos conheciam a língua, mas deixaram de usá-la por causa de ameaças e deixaram de ensiná-la aos jovens no início deste século. Nos últimos 20 anos há um resgate das línguas indígenas, resultado das conquistas territoriais e da afirmação das identidades indígenas Tupinikim. Essa retomada das terras, territórios e culturas levou a afirmação das mulheres como protagonistas em vários espaços das aldeias, tais como na economia e na política.

Desse modo, a pesquisa tem o objetivo de entender como as mulheres Tupinikim constroem sua voz na comunidade. Buscamos compreender se atualmente há dificuldades para participar dos espaços públicos como reuniões e serem lideranças dentro das comunidades. Ao focar as memórias das mulheres que militaram na defesa dos direitos indígenas nos anos 1970 é nosso intuito identificar as estratégias desenvolvidas naquela época com os desafios

apresentados hoje e, ao mesmo tempo estabelecer diálogos entre as gerações presentes de mulheres Tupinikim.

Há pouca bibliografia sobre o tema das mulheres indígenas e em especial, das mulheres Tupinikim. Em recente pesquisa é possível destacar a importância das organizações de mulheres indígenas nas aldeias Tupinikim. Como salienta o levantamento realizado por Polifônicas (2019) há organizações não jurídicas que são bastante relevantes para a organização social indígena tais como

“os coletivos de Mulheres (aldeia Areal e Comboios) e os Educadores Indígenas. Ambos voltados para uma visão mais orgânica das identificações indígenas no que se refere aos direitos das mulheres e seu exercício na agricultura e no artesanato, no primeiro caso, e aos direitos à soberania, autodeterminação das culturas indígenas, no segundo. Tais formas de organização estão relacionadas à reelaboração cultural mediante a retomada da língua Tupi como segunda língua e as artes e reorganização da produção agroecológica, do artesanato e dos cuidados com o corpo” (Polifônicas, 2019: 96).

Porque escolhi fazer essa pesquisa e quais foram as minhas motivações

Figura 1 Maria da Penha dos Santos Souza (+), minha mãe.



Fonte: Acervo pessoal.

Inicialmente o tema seria outro, no entanto, depois de refletir muito, resolvi mudar e agregar a luta das mulheres na política. A minha maior motivação foi quando eu comecei a ver a Dona Helena em reuniões falando e dando a opinião dela, pude então perceber que nós mulheres temos o nosso espaço sendo conquistado através de Dona Helena e outras mulheres também. No item que se segue, incluí parte dessas memórias e da presença dela em Caieiras Velhas, onde observei várias atuações políticas com a presença de mulheres.

As mulheres ainda não são tão bem aceitas no ramo da política, seja ela interna ou externa, pode-se perceber que a participação das mulheres na política ainda é um percentual muito baixo; lembrando também nesta questão do machismo por parte de homens e até mesmo por algumas mulheres. Ouvi-se muito uma frase, que lugar da mulher é na cozinha, e cuidando de filhos e procriando, no entanto, hoje sabe-se que o lugar da mulher é onde ela quiser.

Lembrando que sempre nós mulheres nunca tivemos voz e nem viabilidade no mundo geral, desde muitos anos nós mulheres sempre estávamos prontas para sermos submissa aos maridos e homens no contexto geral da situação que envolvia a política e que nunca tivemos voz.

Na comunidade de Caieiras Velha podemos perceber que tivemos um pouco de rejeição por parte de algumas pessoas, sempre falavam que as mulheres não tinham opinião e era fácil de manipular as mulheres, ainda temos um processo a ser trabalhado dentro de nossas comunidades, vale ressaltar ainda que a participação das mulheres na política interna de nossas comunidades ainda é pouco; temos ainda pouco espaços para a política interna.

Lembrando também que a participação de nós mulheres ainda é pouco, a nossa viabilidade ainda se encontra escondida, para nós mulheres termos uma referência e motivação é das mulheres que lutaram para nós hoje termos espaço que temos hoje. Mas ainda temos que trabalhar mais e mais para termos um espaço maior dentro e fora de nossas comunidades, em questão

espaço com pouca participação na política interna na nossa comunidade, temos somente 4 mulheres no corpo da liderança sedo este limite estendido pelo cacique, e é nesta questão que temos que mudar. Chega disso, de ter um limite menor para nós mulheres e para os homens não se tem limites.

Então sempre vou dizer que a Dona Helena e as outras anciãs são a minha inspiração para este tema que é a trajetória política das mulheres indígenas Tupinikim, porque elas vieram lutando de longa data e foram anos e anos pela esta luta a ser conquistado a cada dia. Na comunidade de Caieiras velha a participação das mulheres na política ainda é pequena, temos poucas falas, mas, porém, ouvidas, apesar dos pesares estamos trabalhando gradativamente para conquistar estes nossos pequenos espaços aqui na nossa comunidade.

A inspiração para essa trajetória política nunca foi fácil, as mulheres querem ser ouvidas e ter espaço importante para colocar as suas ideias e fazer valer as conquistas obtidas, ter espaço para colaborarmos no que for preciso.

O ano de 2022 foi um marco para as mulheres, pois formou um grupo de mulheres para concorrer à presidência da AITG, então isso já é um grande avanço para nós mulheres para obtermos a nossa conquista e deixar um legado que foi quebrado o primeiro tabu dentro da comunidade de Caieiras.

Mesmo não ganhando a presidência, as mulheres conquistaram o respeito e admiração de muitas outras mulheres, no ano de 2016 pude participar ativamente na liderança do cacique anterior, mas no ano de 2018 deixei a liderança não por que eu quis mas por machismo, pude participar também na AITG como fiscal durante 6 anos, foi um grande aprendizado para a minha vida e uma conquista de sabedoria. No ano de 2021 voltei a fazer parte da liderança na qual onde eu fiquei até este ano de 2022, por motivos de saúde o cacique decidiu sair para fazer tratamento; então houve uma nova eleição para cacique aonde foi que não permaneci.

Dona Helena Coutinho

Dona Helena Pereira Coutinho, nasceu no dia 30 de dezembro no ano de 1948, nascida e criada nesta comunidade de Caieiras Velha, filha de dona Antonina Maria da Conceição e de seu Manoel Ferreira Francisco, atualmente dona Helena tem 74 anos. Dona Helena relata que as mulheres sempre estiveram ativas em reuniões, mas essas mulheres não tinham voz ativa nas reuniões. Ela fala também que no ano de 2018, as mulheres resolveram montar de fato um grupo delas sendo esse grupo com o nome as Guerreiras.

Ela cita também o nome de uma de suas filhas cujo nome Aparecida (Cida), dona Helena falou que sua filha havia a necessidade de formar esse grupo das Guerreiras. Helena Coutinho, relata que sua filha Cida havia ido ao mangue para fazer retirada de mariscos para comerem, mas chegando lá todos os mariscos estavam mortos, as ameixas estavam com boquinha aberta, as ostras também e o sururu. E foi nessa ida ao mangue que surgiu uma letra de música sobre o rio morto e seus mariscos e outras espécies de seres vivos, então a Cida criou uma música com o nome chamado "O sentimento da Índia".

Dona Helena relatou muito sobre de não deixar a cultura morrer, sempre ela demonstrava a sua preocupação de passarmos os nossos conhecimentos para os nossos filhos para que essa cultura não morra e que a nossa cultura é maravilhosa.



“Qual foi a oportunidade que a senhora teve para começar a falar e ter mais voz perante a comunidade?”

Ela diz que só se interessou depois que Alexandre faleceu e entrou Jose Sezenando que foi aí que ela teve a oportunidade para falar perante a comunidade, depois disso ela foi apresentada para a comunidade e teve a oportunidade de estar no grupo da liderança.

Ela fala também que começou a participar de todas as reuniões para que sua voz fosse ouvida, dona Helena relata ainda que Sezenando sempre apresentava ela sempre que havia reuniões da comunidade.

Helena Coutinho relata que sempre teve a participação dela dentro da comunidade, seja elas, no grupo das mulheres nos mutirões, associações Tupinikim. Ela que sempre contou com a participação da comadre dela que é dona Helena, Edith, Nair, a finada Zumira e preta; dona Helena citou esses nomes dessas mulheres que sempre estavam juntos com ela e ela sempre em frente das coisas.

O tema da participação política das mulheres entra de diversas formas em nossa história comunitária. O tema não é tratado de forma isolado por Dona Helena, mas no conjunto de eventos cotidianos. Em entrevista realizada em 2018 com um grupo de estudantes do Prolind ela assim se expressou sobre essa relação.



Figura 3 - Dona Helena nos ensaios na casa do Capitão Alexandre. Caieiras Velhas 1996. Foto: Sandro Silva

“Dona Helena: A gente aqui, por tudo aqui a gente tinha aquela união muito forte, tudo que a gente fazia, a gente combinava e fazia, era comadre Irene, comadre Ermelina, Helena, comadre Lena, dona Otália, dona Jandira, Nadadina

Nilza, era um monte!

Quando a gente combinava de fazer uma coisa pra ajudar, todo mundo ia, todo mundo ia ajudar. Principalmente roça, até lá no brejo, qua a gente amarrava uma porção de feixe de taboa, aí a gente revezava, fulano vamos lá ajudar nós a buscar a taboa, todo mundo ia. E quando ia pro mangue, mesma coisa, aquele monte de mulher, tudo tirava ostra, ameixa, tudo trazia no balaio, no cesto, não era saco de nada, era cesto, todo mundo vinha, então todo mundo tinha aquela força né.

Quando engravidava uma, eram todas, eram todas elas, aquele barrigão! Não tinha esse negócio de “ah porque eu não posso fazer nada por causa da minha barriga”, não, não era assim. Ninguém tinha frescura. Ia pro mangue, remava, tinha umas que sabia remar, não precisava nem levar o marido, a gente mesmo ia, era aquela vida da gente com todo mundo junto. Inclusive quando nós ganhamos nossa terra, que eles socaram aqui a creche até lá no Eliseu, quem tirou todinho os tocos de eucalipto foram as mulheres, fomos nós. Nós enchíamos o jerico e quem levava era o Bastião, esse que tá aí e que ninguém vai lá fazer uma visita a ele, tá aí, de cama, esse aí foi um homem que lutou pela nossa terra pra poder adquirir tudo.

E juntava só as mulheres, essas mulheres aqui da Caieiras, as primeiras, não tinha medo de nada, fazia tudo, era guerreira mesmo. E só está restando-me (risos), eu penso, quem me dera se eu tivesse meus vinte anos agora, não estava nem aqui se vocês querem saber, não estava nem aqui. Eu estava correndo em cima das minhas coisas, lá fora, pra melhorar pro meu povo. Nem que eu não tenha leitura, mas eutenho minha experiência. E era assim. Pra gente ter um neném, já sabia o mês, já sabia o dia, já sabia os remédios, já sabia a parteira, tudinho.

Quando agente percebia que estava a criança de banda na barriga, que agora tem que ir pro médico pra ver como é que tá, a gente ia com a parteira, e a parteira dizia “a criança está de banda, pode deixar que a noite eu venho aqui”. Aí vinha na casa da gente, balançava a criança, pra ficar normal. Experiência das parteiras, experiência das índias, era assim, não tinha esse negócio de médico pra estar resolvendo. A minha avó, a minha mãe, comadre (?), dona Jandira mesmo, todo mundo tinha experiência, ninguém ensinou, ninguém fez nada disso de estudo, era experiência delas mesmas.



Figura 4 - Dona Helena participa do Mutirão com outras mulheres. Irajá-Caieiras Velhas 1998. Foto: Sandro Silva

Mas eu mesma penso assim, quem dera se tivesse alguém que tivesse atitude de pegar embora um pedacinho do que a gente era antes, pra poder passar, experiência da gente antiga, porque com tudo que vai saindo, que vai tirando, agente não vai buscando, a gente não vai trazendo de volta, isso aí vai acabando. A minha vontade era de não acabar, é de não acabar porque, eu imagino mais tarde, meu povo está sofrendo pelas coisas que está acontecendo, eu só penso isso.

Eu só penso por que eu cresci aqui, e aqui eu estou, e já tenho meus netos, já tenho meus bisnetos, agora eu já tenho tataraneto, eu queria que se interessassem pelo que nós éramos antes, porquese ninguém se interessar, eu não vou sofre não, mas eles vão. Eu penso muito nisso, penso muito nisso... E a gente tinha liberdade, e agora a gente não tem. A gente não tem nem mais liberdade de estar nesse lugar.



Figura 5 - Novas gerações de mulheres inspiradas em Dona Helena. Caieiras Velhas 2016. Foto: Sandro Silva

Muitos não querem levar sua cultura para frente. Muitos estão deixando a sua cultura de lado. O que reforça nós, é a nossa cultura. É a nossa cultura que reforça... Porque nós não temos nossa língua que falavam antigamente, porque muitos dizem assim “ah, pra ser índio eu não preciso pintar o meu rosto, não preciso botar minha saia, porque eu sou índio”. Mas porque que é discriminado lá fora? Porque não querem mais ter a sua cultura, tem vergonha de botar um cocar, tem vergonha de botar um colar, e isso que é minha tristeza.

Muitos pais aqui que não sofreram como nós, porque muitos aqui não sofreram como nós, não. Agora tão vivendo numa situação boa. E quando a gente chama pra poder ajudar a gente muitos não vão. A nossa cultura aqui está acabando, Sandro, então isso que é minha tristeza, é isso que dói dentro de mim. Porque eu, e dona Nair, e dona Zulmira, Preta, tudo que chamava, nós estávamos junto. Nós não ligávamos não para quem não ia, ia nós. Com rosto pintado, de canga, a gente ia embora. E lá nós reforçávamos nossa aldeia, “ah aqui tem índio mesmo, que eles estão lá desse jeito”.

Agora a minha tristeza é porque eu me encontro sozinha, Sandro, dona Zulmira está lá, tadinha, não tem mais força pra ficar acompanhando. E agora, eu

gostaria sim, que tivesse um grupo que se interessasse, nem os meus filhos estão se interessando por isso. Nem meus filhos estão se interessando para chegar junto comigo. “Eu vou com a minha mãe, que é isso que é a alegria da minha mãe, que mamãe sente bem em estar nessa posição”, e eles não estão nem aí. Então é isso que está acabando com a gente, é isso que é a minha tristeza. Eu não chego para ninguém e fico falando, mas eu sinto dentro de mim” (Entrevista com Helena Coutinho, concedida a Sandro Silva. Caieiras Velhas, 01 de 12 de 2018).



Figura 6 - Dona Zumira (†), companheira de festas de Dona Helena. Caieiras Velhas, 2016. Foto: Sandro Silva

Nas últimas falas de dona Helena foi o seguinte: Nós mulheres temos que continuar sempre tentando entrar e tomar posse dos direitos de nossas falas, e que essa situação de 4 porcentos para as mulheres tem que acabar; tinha que haver e rever sobre essa pequena quantidade de mulheres para o grupo da liderança.

Figura 7 - Dona Helena participa da reunião sobre a ampliação das Terras Indígenas.



Caieiras Velhas 2007. Fotograma: Sandro Silva



Figura 8 e 8 - Dona Deusdélia (aldeia de Pau Brasil) participa da reunião sobre a ampliação das Terras Indígenas.

Caieiras Velhas 2007. Fotogramas: Sandro Silva

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente trabalho a presença das mulheres indígenas é analisada sob dois eixos principais: a memória social e a identidade social. Ambos são significativos para descrever a emergência da atuação políticas das mulheres nos espaços públicos e privados.

Memória

A memória é um dos processos mais significativos nas retomadas indígenas por seus direitos. Como um fenômeno social, ela nos ajuda a entender por que determinados conteúdos são importantes para a construção do pertencimento social indígena. A memória social conecta passado, presente e futuro das lutas indígenas e, no caso específico das mulheres indígenas, ajuda a entender sua participação nesse processo.

A socióloga e pensadora argentina Elizabeth Jelín destacou que é por meio da construção da vida social que a memória funciona. Jelín explicou o que é memória, as possibilidades de conceitos e como entender o passado. Na visão da autora, a memória também é construtiva e ativa, portanto, é necessário considerar o que significa lembrar e esquecer para encontrar a historicização da memória. Ou seja, no estudo do lugar da memória social é necessário identificar socialmente quem são os agentes e qual o contexto histórico, para que se possibilite compreender não só suas lembranças, mas inclusive seus esquecimentos. Afinal, historicizar a memória e analisar sua construção social traduz-se também em identificar as lacunas que a compõem. (RUSSO, p. 12, 2019).

Carla Andressa Sousa Reis e Gabriella D'Almeida Magalhães Moratelli (2017) entendem que a memória é uma estrutura de diálogo com o passado e o presente por meio de posições políticas que podem enfrentar interesses diversos. “Portanto, a memória e o recolhimento devem deixar espaço para a conexão com as necessidades do presente, para poder refletir sobre o passado daqueles que foram considerados fracassados na história” (p. 120).

No estudo da memória trata-se de considerar seu aspecto coletivo, pois ela é o resultado das vivências que constituem os grupos sociais. Segundo Maurice Halbwachs, precursor do estudo da memória coletiva

“Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).”

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, p. 2, 1992).

Se você pensar bem, pode dizer que a memória pessoal faz parte da memória coletiva. Isso porque muitas memórias estão relacionadas a momentos compartilhados, mesmo que apenas uma pessoa tenha vivido alguns momentos. Todos são guiados pelas interações sociais que vivenciaram ao longo de suas vidas. Portanto, a memória pessoal se concentra em coisas do cotidiano, como sensações, sons, elementos espaciais, etc. Portanto, mesmo que uma memória não envolva diretamente outros sujeitos, ela estará inserida no mesmo espaço que outras memórias.

No entanto, essa memória contém certos aspectos de ser vivido como um grupo na sociedade, é o espaço que ela forma e o espaço onde o sujeito se socializa. Para Halbwachs (1990), a memória pessoal também funciona através da memória coletiva, “diríamos que toda memória individual é uma opinião sobre a memória coletiva.” (1990, p. 51). Portanto, por meio da memória, comportamentos passados no presente podem ser reconstruídos por meio da experiência social. A percepção pessoal é moldada por normas sociais que funcionam como a linguagem. Somente referindo-se ao mesmo conjunto de símbolos bem desenhados na sociedade os indivíduos podem dar sentido à sua experiência, e as mesmas condições também atuam na construção de visões do passado. Nesse sentido, a memória é social, porque, em última análise, toda forma de experiência também é social. (RIOS, 2013. p. 6).

Além disso, é por meio da compreensão da memória pessoal que a memória coletiva pode se estabelecer e entender como ela funciona. Um

exemplo é a possibilidade que as mulheres indígenas construíram com as retomadas indígenas que abriu espaço para definir os territórios e também os territórios sociais para sua atuação. Como veremos nas memórias de Dona Helena, sua trajetória pessoal combina as lutas pelo território com sua autoconsciência como mulher nas aldeias. Tal movimento que leva do vivido ao coletivo nos ajuda a entender que “a memória se baseia em um passado vivo e permite que uma narrativa do passado do sujeito seja construída de forma viva e natural, ao invés do passado tal como é compreendido pela história escrita” (HALBWACHS, p. 75, 2006).

Em nosso estudo utilizamos um depoimento de uma anciã com atuação exemplar na vida das mulheres indígenas, nos valendo de seu testemunho como caminho para entender os desafios do ser mulher indígena. Segundo Jéssica Guimarães (2016), o testemunho pode ser considerado a performance da memória pessoal, e a memória pessoal pode ser a existência da memória coletiva. Portanto, a memória pode ser entendida como uma parte importante dos processos sociais, culturais e históricos que fortalecem e replicam as identidades sociais e pessoais. A memória tem a capacidade de formar identidade e esse sentimento é individual e pode ocorrer coletivamente. Este é um fato importante quando se trata de se sentir parte, sentir-se alguém e outros fatores.

A memória se relaciona tanto aos aspectos afetivos comunitários e individuais, quanto ao aspecto institucional que o estado-nação busca capturar em suas instituições. O aspecto institucional da memória também deve ser levado em consideração pois, dada a sua natureza jurídica, as organizações informais e o próprio estado tem orientado a formação dos agentes de forma a torná-los guardiões da memória. Formados na respectiva área de memória, esses agentes são alocados para formar um acervo armazenado em instituições, conselhos, movimentos sociais tais como o movimento de mulheres indígenas. Por exemplo, a organização de tais acervos, visa atender aos interesses dos coletivos pois, a exemplo da escola, fornecem mais referências para os currículos escolares, atividades e projetos junto aos alunos. Portanto, podemos dizer que a memória social vem da nossa experiência na comunidade, da cultura, e por reconhecer o corpo como memória de nossos ancestrais. O encantamento promove esse

reconhecimento entre esses elementos e ao abordarmos as memórias das mulheres Tupinikim serão evidenciado os aspectos da experiência relacionados à dedicação, sacrifício e abnegação em prol de uma luta coletiva e a construção de uma coletividade. No entanto é necessário explorar outro tema que as mulheres Tupinikim reivindicam ao falar de si e do espaço pública da aldeia e suas organizações. Ou seja, como elas elaboram sua identificação com as lutas indígenas sob o ponto de vista de serem mulheres.

Identidade

A subjetividade é entendida como uma dimensão do sujeito, e pode ser pensada como nossa distinção entre "eu" e "outro". No contexto desta pesquisa, a relação entre memória e identidade social nos remete às lutas dos Tupinikim por sua história e seus direitos e, particularmente pelas mulheres, pelo reconhecimento com as relações comunitárias dos grupos.

Nesse sentido, o grupo, como relações entre identificações sociais distintas, é fundamental no processo de escolarização e sociabilização produzidos pela linguagem. Tal processo possibilita contar a história a partir de múltiplos pontos de vista e múltiplas identidades sociais. Os projetos, as lutas e memórias se constroem a partir das identificações sociais, mas igualmente pelas vivências que o tempo presente suscita. Recordar não é meramente evocar o passado, mas relacioná-lo aos desafios do presente.

Nesse processo de constituição das memórias e das identificações, as mulheres têm buscado se destacar das relações patriarcais que buscam calar suas vozes. Autoras como J. Butler (2019), salientam que a defesa do feminismo é uma defesa da subjetividade multifacetada, plural e diversa, que se caracteriza pela incompletude inerente - imersa na relação entre poder e linguagem produz uma variedade de significados controversos. Essa subjetividade vai subverter as identidades duais de gênero (masculino / feminino), gênero (masculino / feminino) e desejo (hegemonia do discurso heterossexual) como um ambiente de geração de sentido e combate à

desigualdade. Conforme a autora “gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície de corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeito de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável’ (BUTLER, 2019, p.236).

Esse “efeito de verdade de um discurso” construiu durante muitos séculos a imagem a mulher como “sexo frágil” ensejando toda ordem de violências privadas – em casa, no trabalho, nas relações familiares -, e públicas – nas políticas públicas, nos direitos de cidadania e nos direitos humanos -, contras as mulheres atribuindo-as um lugar subalterno nas sociedades.

Ao analisar a obra de F. Barth S. Silva (2012) afirma que para F. Barth (2000) as identificações sociais não deve ser entendidas como identidades fixas com as quais as pessoas nascem, crescem e morrem. A essência do pensamento burocrático é fixas as identidades, mas elas são diversas e se transformam com o tempo.

A despeito de se imaginarem com uma identidade única, há vários momentos das vidas das pessoas que a levam a interagir com outras pessoas e coletivos e constituir identidades oriundas dessas interações. Desta forma, a persistência das fronteiras étnicas, a despeito da suposta similaridade entre os grupos, é o resultado da organização social das diferenças percebidas por tais grupos. Mesmo ao compartilhar os espaços e características culturais vistas como similares – uma aldeia, por exemplo, tais grupos podem vivenciá-las como uma diferença ou algo que os distingue, por exemplo, ser mulher.

A semelhança não quer dizer que os agentes constroem a sua experiência na mesma direção pois há múltiplas possibilidades para isso ocorrer. A classificação da Funai, das empresas etc., por exemplo, pensam os povos Tupinikim como uma só cultura porque usam uma classificação exterior sobre esses povos. Uma das características que justifica o presente estudo é que a identidade étnica transfere a classificação ou os critérios por meio dos quais eles se pensam no mundo do observador – pesquisador, padre, agente público etc., - para os agentes, que no caso, são os próprios povos indígenas e os coletivos de mulheres indígenas.

As discussões teóricas contemporâneas entendem a construção da identidade como instável e, portanto, múltipla (Hall, 2006). Coisas que antes

eram concretas e muito estáveis abriram espaço para fragmentação e mudança. O sujeito está passando por extensas transformações, reconstruindo sua identidade a cada dia, pois não há mais nada fixo, e sempre coloca o que pensa ser relevante em sua nova identidade.

O conceito de identidade pode ser entendido de várias maneiras. Stuart Hall (2006) propôs alguns conceitos sobre o termo e sua emergência por meio dos seguintes temas: Iluminismo, Sociologia e Pós-modernidade. Para ele, as pessoas que vivem no período da iluminação são aquelas que colocam a razão e a ação no sucesso e no egocentrismo. A diferença é que os sociólogos acreditam que a relação com as pessoas que são importantes para ele é algo que forma e preenche seu espaço. Por fim, em uma perspectiva contemporânea o pós-modernismo não busca posições e categorias fixas, mas transformação e movimento, pois rompe com uma explicação da tradição vista como uma essência identitária. O Patriarcado, nesse sentido, é uma relação de poder e não uma tradição cultural a que as mulheres devem obedecer.

Com base nessa suposição, o mundo externo, em última análise, desempenha um papel muito importante na formação da identidade de todos. Muitas vezes isso não é muito claro para ele, mas a cultura influencia seu comportamento e ideais. Lucia Maria Patriota discute as condições para essa inserção e o sentimento de pertencimento que ela proporciona.

Quando nos referimos à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura, ou seja, aquela cultura em que nascemos e que absorvemos ao longo de nossas vidas. Ressaltamos aqui, que esta identidade não é uma identidade natural, geneticamente herdada, ela é construída. (PATRIOTA, 2002, p.3). E se ela é contruída é múltipla e marcada por relações de poder.

Com base nesse pressuposto, a identidade cultural está relacionada à visão de mundo do sujeito e como ele se vê e como é visto diante do mundo. Este é um processo infinito (infinito) que está em constante mudança. Como explica Lucia Maria Patriota (2002, p.5), o surgimento da globalização “tem um impacto diversificado na identidade, criando várias possibilidades e novos posicionamentos identitários, tornando a identidade não mais tão fixa e unificada”. Acreditar em uma identidade única é imaginar uma realidade

impossível. Em todos os momentos, todos são incentivados a buscar possibilidades diferentes.

Cultura

Os Tupinikim são um grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Tupi. No século 16, viviam no litoral capixaba e sul da Bahia. Quando o português Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil com sua frota em 1500, os Tupinikim foram os primeiros índios a entrar em contato com europeus. São os tradicionais inimigos dos Tupinambás, outra etnia Tupi. No início do período colonial, aliaram-se aos portugueses contra os franceses. Essa é uma explicação sobre os Tupinikim que está presente na literatura em geral que é ensinada nas escolas, mas que não ajuda a entender a complexidade das lutas e da resistência desse povo.

Podemos contar a história com outra perspectiva, afirmando que esse processo colonial quase levou os Tupinikim a extinção dada a violência, o genocídio e escravização a que foram submetidos. Em sua dissertação de mestrado, o antropólogo S. Silva (2000) argumenta que o processo de reconhecimento dos Tupinikim passou por várias fases em que foram ignorados e considerados obstáculos ao desenvolvimento pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no início do século XX, passaram a ser reconhecidos pela Funai nos anos 1970 a partir de inúmeras denúncias e violações à Ditadura Militar nos territórios indígenas.

Salienta Silva (2000) que diante da Funai, o reconhecimento de sua cultura foi simultâneo ao reconhecimento de seu território. A Funai, órgão oficial dedicado a regularização fundiária dos povos indígenas no Brasil teve até bem pouco tempo, o monopólio público sobre quem deveria ou não ser reconhecido indígena. Obviamente, os povos indígenas se autodeterminam e não precisam da Funai ou outro órgão para lhes dizer isso.

No entanto, o período no qual os Tupinikim sofreram mais esbulhos foi na Ditadura civil-militar (1964-1985), o que marca uma diferença substancial sobre os sentidos da cultura para efeitos da demarcação e a mobilização das

lutas indígenas pelo reconhecimento. Naquele momento os interesses industriais se impuseram sobre as vidas e territórios indígenas e o Estado não protegeu os povos indígenas, mas, pelo contrário, foi o avalista desse processo de expropriação.

A cultura era usada naquele contexto de tutela como uma espécie de certidão de autenticidade mediante a qual era a autoridade da Funai quem reconhecia quais sinais culturais deveriam servir para caracterizar um grupo indígena. Havia várias situações em que a Funai não reconhecia os Tupinikim porque dizia que eles eram “Caboclos misturados”, ou seja, usava-se critérios externos aos sujeitos para os classificar e, daí, garantir ou não seus direitos.

No entanto, a cultura é um processo de invenção ativa. A cultura fornece muitas respostas importantes e contínuas às mudanças na vida social, econômica e política; a cultura não é mais um artefato, mas tudo o que se acredita ajuda a produzir sentido. A existência cultural também afeta a vida pessoal das pessoas, pois segue a composição de semelhanças e diferenças entre os indivíduos. A cultura não é apenas o produto da experiência humana, mas também o processo dessa produção.

No caso dos Tupinikim, a cultura passou a ser usada como sinônimo de resistência contra a invasão de seus territórios e seus espaços de caça, coleta e lazer. Atualmente há grupos que exibem os sinais exteriores dessa cultura como a “Dança dos Guerreiros”, a “Dança dos Kurumins” e a “Dança das Guerreiras” que são exibidas em ocasiões cerimoniais, datas festivas e exposição para autoridades e outros grupos que visitam as aldeias.

Em sentido amplo, a cultura tem a ver com as práticas cotidianas, tais como a caça, a pesca, o extrativismo e o artesanato. Mas cultura se refere também extraordinárias de um determinado grupo como rituais religiosos ou cerimônias nos espaços aldeãos. Mas, o que é fundamental é que ele seja quem define o que é ou não cultura e não um terceiro exterior ao povo indígena.

Mulheres Tupinikim na política

No início da década de 1990, as mulheres indígenas começaram a criar suas próprias organizações ou departamentos femininos dentro de organizações indígenas que haviam sido estabelecidas na Amazônia brasileira. Ao mesmo tempo, encontros de mulheres de diferentes etnias também são realizados em nível nacional e internacional. O que elas buscam são direitos específicos e o fortalecimento de sua antiga luta étnica, o que lhes permite negociar com diferentes atores em um contexto interétnico.

As mulheres indígenas estão cada vez mais participando de conferências, workshops e conferências nacionais e internacionais promovidas por organizações indígenas, estados e organizações não governamentais. Esses novos espaços de discussão expressam mulheres de diferentes povos indígenas e isso ajuda a fortalecer sua organização e troca de experiências, e gradualmente treinamento para exercício em domínio público. Esses eventos discutiram as principais questões que afetam os líderes indígenas em suas comunidades, esferas políticas indígenas e suas relações com diferentes partes da sociedade civil.

As propostas de mulheres colocaram desafios aos movimentos indígenas e às organizações nacionais e não governamentais devido à sua especificidade racial e de gênero. Foi o compromisso e a aliança entre povos indígenas e não indígenas que estabeleceu um complexo processo político autônomo para as mulheres indígenas. A conexão entre os indígenas os povos e a sociedade nacional nos permitem refletir sobre a coexistência de modelos tradicionais de gênero e a reorganização de novos papéis para homens e mulheres, mas nem sempre uma convivência pacífica.

Nesse processo, elas reconstruíram sua estratégia de representação política, com o objetivo de dialogar com diferentes grupos (para obter conhecimento), dessa forma suas exigências são viabilizadas em mundos com diferentes significados simbólicos e áreas de interesse.

Infelizmente, a violência contra as mulheres indígenas está aumentando há algum tempo. De acordo com um relatório divulgado pelas Nações Unidas em 2010, as mulheres são as principais vítimas da violência sofrida pelos povos indígenas no mundo. Mulheres indígenas têm mais probabilidade de ser

estupradas do que outras mulheres: mais de um terço das mulheres indígenas foram estupradas ao longo de suas vidas. As informações são corroboradas por dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, que mostram que, entre 2007 e 2017, foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas, a maioria entre 10 e 19 anos. Em dois terços dos casos, o invasor não é alguém próximo à família.

Para que o diálogo seja efetivo, deve-se respeitar a particularidade de cada pessoa, seja pela utilização de termos mais próximos da realidade da comunidade ou por histórias que envolvam mitos étnicos específicos. O governo e todos os setores da sociedade reconhecem os direitos dos territórios coletivos tradicionais e o respeito aos seus estilos de vida e estilos de vida, fatores importantes para garantir melhores condições às mulheres indígenas. A luta das mulheres indígenas está no centro. É a defesa dos territórios e dos ancestrais. Não é à toa que o tema da conferência é "reflorestamento", porque precisamos reflorestar para curar o mundo.

O movimento de mulheres indígenas começou a se organizar no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. São as mulheres que ganham voz nos movimentos indígenas e levantam questões de gênero. Conforme afirma a publicação "Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas": as duas primeiras organizações brasileiras dedicadas às mulheres indígenas surgiram na década de 1980. Elas eram de Tarakua, Rioupez e Tiguier (Amitrut). Outros foram criados na década de 1990. Em 2000, a Coiab da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira em Santarém, no Estado do Pará, preconizou a criação de um espaço específico para as necessidades das mulheres indígenas.

Atualmente, em comparação com as décadas anteriores, o feminismo indígena é muito mais organizado e expressivo, e o movimento liderado pelas mulheres indígenas não envolve apenas questões específicas de gênero, mas também envolve questões-chave de todo o movimento indígena.

Para orientar os Estados a desenvolverem políticas públicas com as mulheres indígenas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recomenda uma série de medidas para proteger as mulheres indígenas, dentre as quais destacamos:

Enfoque holístico: Incorporar em todas as leis e políticas que afetam às mulheres indígenas um enfoque holístico para abordar as múltiplas e interconectadas formas de discriminação que elas enfrentam.

Agentes empoderadas: Entender às mulheres indígenas como sujeitos de direito e não simplesmente como vítimas.

Interseccionalidade: Considerar que a discriminação das mulheres por motivos de sexo e gênero está unida de maneira indivisível a outros fatores, como a raça, a origem étnica, a religião ou as crenças, a saúde, o status, a idade, a classe, a orientação sexual e a identidade de gênero, e que a superposição de várias camadas de discriminação —a interseccionalidade— gera uma forma de discriminação agravada e potencializada.

Autodeterminação: Respeitar o direito dos povos indígenas à autodeterminação, aos seus territórios e recursos naturais, e à vida livre de racismo é uma condição prévia para a garantia do direito das mulheres indígenas a uma vida livre de discriminação e violência.

Incorporação de suas perspectivas: Levar em conta a cosmovisão e as ideias das mulheres indígenas em todas as políticas que as afetam.

Participação Ativa: Proporcionar às mulheres indígenas a oportunidade de participar em todos os processos que afetam seus direitos.

Indivisibilidade: Considerar a estreita conexão que existe entre a proteção dos direitos civis e políticos das mulheres indígenas e dos seus direitos econômicos, sociais e culturais.

Dimensão coletiva: Entender os direitos das mulheres indígenas em suas dimensões individual e coletiva, cuja interconexão é inegável e inseparável.

O relatório, fruto de discussão de coletivos de mulheres indígenas, recomenda ainda que os Estados são obrigados a garantir que todas as suas ações respeitem estritamente as normas do direito internacional, tais como a Autodeterminação, identidade cultural, propriedade, consulta e consentimento, a Igualdade e não-discriminação e a devida diligência e acesso à justiça (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2017).

Educação e vivência indígena

De acordo com Kahn e Franchetto (1994), desde a Colônia, a Educação Indígena vem sendo desenvolvida no Brasil. Segundo as autoras, podemos identificar um projeto claro, explícito e pragmático que norteou a educação indígena no Brasil até os anos 70: a catequese e a socialização para a assimilação dos índios na sociedade brasileira, que se baseia no estímulo às formas sociais e econômicas que gerou dependência e subordinação da terra e do trabalho indígena a uma lógica de acumulação. O lema era integrar, para civilizar os índios, que são vistos como uma classe social sujeita a uma condição étnica inferior quando vistos nas formas da cultura cristã ocidental. Isso se confirma quando os órgãos tutelares oficiais - Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e posteriormente Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - firmaram convênios com instituições religiosas de diversas religiões para a realização de trabalhos escolares nas aldeias.

De acordo com as autoras, até anos atrás, o **Estado** nunca se preocupou em implementar uma política educacional específica para os índios que não fosse voltada para a integração. Os antropólogos e linguistas foram chamados a comentar os convênios firmados com as instituições religiosas, mas não a idealizar e implementar uma proposta de escolarização indígena. Essa situação mudará a partir da década de 1980, mas uma certa ambigüidade se instalará no desenho e na implementação de uma política de educação indígena. Ambigüidade porque não haverá uma revolução nas práticas que devem nortear o caminho da educação indígena, mas sim uma transformação fundamental dos conceitos que nortearão a relação entre o Estado brasileiro e sua realidade indígena.

Kahn e Franchetto (1994) afirmam que a década de 1980 foi um marco na afirmação dos movimentos indígenas organizados no Brasil, também motivada pela trajetória das organizações civis de apoio aos índios no exercício de seus direitos formais consagrados na Constituição garantida à conquista. Assim, foi o início de uma mobilização dos próprios súditos indígenas por conquistas políticas, que se inauguraram na arena de um país que sempre se orgulhou de sua democracia racial e uniformidade linguística.

Conforme as autoras, a mobilização indígena, apoiada por instituições civis em apoio à causa, tem permitido a aceitação sem precedentes do direito dos povos indígenas à diferença, uma conquista que buscará romper com a tradição assimilatória prevalente em leis anteriores e abrir espaço para a superação do tradicional exercício da tutela paternalista, que sempre moldou a relação entre o Estado e os povos indígenas no Brasil. Em outras palavras, surgiram leis promissoras para um país onde as formas de intervenção definidas pelo Estado visavam principalmente prevenir a destruição física dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que pressupunha o desaparecimento das culturas indígenas como inevitável.

Conforme as autoras, a experiência histórica têm mostrado que o processo de mudança desencadeado pela presença de maioria branca em torno das sociedades indígenas levou a reformulações socioculturais, mas não à conversão de índios em não índios; conseguiu-se que essa constatação fosse incorporada à nova legislação por meio do reconhecimento da existência e preservação das minorias étnicas no país. Quando falamos de uma sociedade civil mobilizada pela questão das minorias, queremos dizer as inúmeras organizações não governamentais que apoiam os índios; a setores progressistas da Igreja Católica (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, diretamente vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB) e protestantes (principalmente luteranos e anglicanos) que estão prontos para fazer sua incorporação na história do país como agentes de contato com os povos indígenas. Todos pretendem promover discussões que salvem o trabalho de resgate da identidade étnica dos povos indígenas.

As autoras afirmam que as universidades também se mobilizaram: centros de idiomas e cursos aumentam o levantamento e o estudo das línguas indígenas; antropólogos subsidiam projetos de educação escolar indígena (geralmente administrados por organizações não governamentais); matemáticos, geógrafos e historiadores se dedicam cada vez mais ao estudo do que se denomina saber etnológico e, surpreendentemente, são os educadores que apresentam uma inserção ainda tímida no campo.

Desse modo, as autoras indicam que há duas vertentes de ação indigenista na Educação Indígena:

- a vertente oficial, patrocinada pela Funai e pelas secretarias estaduais ou municipais de educação, em que se transpõem nas escolas indígenas o modelo das escolas rurais e, às vezes, até urbanas para dentro das aldeias. Nesta mesma vertente oficial, podemos localizar as escolas das missões religiosas, cuja fundamentação teórica é mais elaborada que as escolas do governo: sustentam-se nas escolas bilíngües, eficientes instrumentos civilizatórios que tornam os índios leitores do Evangelho traduzido em suas línguas maternas.
- a segunda vertente tem sua origem nos anos 80, quando aqueles setores organizados da sociedade civil que já apontamos, encampam, principalmente através das organizações não-governamentais, atividades de intervenção e assessoria a comunidades. (KAHAN; FRANCHETTO; 1994, p. 7)

Além disso, conforme analisado pelas autoras, o processo de retomada dos territórios indígenas é crucial para a demanda por escolarização formal nas aldeias, e as organizações de apoio têm desempenhado um papel fundamental na FUNAI no sentido de pressionar o governo para o reconhecimento das terras indígenas. Lideranças indígenas, falando com autoridades federais ou mesmo em contato direto com forças políticas locais interessadas em suas terras - madeireiros, garimpeiros, garimpeiros e fazendeiros - começaram a perceber que a escola instalada anos atrás em suas aldeias fazia muito pouco: eles as ofereciam uma matemática que não consegue enganar os índios para que controlem o comércio injusto durante anos; um código escrito limitado à leitura alienada de passagens bíblicas ou patéticas bê-a-bás, ou mesmo textos que empobrecem e infantilizam fragmentos da tradição oral.

Desse modo, as autoras afirmam que nesse contexto, nasceram propostas para escolas que, embora poucas (algumas funcionaram continuamente por quase quinze anos), têm como objetivo principal a formação de professores indígenas, a supervisão de escolas e a definição de currículos específicos.

Conforme as autoras, essas escolas, vistas como alternativas, têm sido implantadas gradativamente e cada vez mais a partir de demandas de associações e lideranças indígenas, ou ainda como resultado do diálogo entre

pesquisadores e comunidades indígenas. Nesse momento, surgem as demandas da escola onde eles, índios, querem efetivamente conquistar o que não têm: o domínio da leitura e da escrita em uma língua, seja a sua ou o português, língua oficial do país. Foram essas escolas alternativas que tornaram necessária a consulta de pesquisadores de várias universidades do país que começaram a reconhecer o enorme campo de atuação.

Ainda há uma multidão de povos indígenas com suas línguas e culturas; às vezes sem seus idiomas, mas com suas culturas. Esses povos não apenas passaram no teste dos tempos coloniais, mas também nas lutas de assimilação e integração dos tempos modernos.

Desse modo, Melià (2000) afirma que os povos indígenas mantiveram sua alteridade graças às suas próprias estratégias, que incluem a ação pedagógica. Ou seja, ainda existe uma formação indígena nesses povos que possibilita reproduzir seu modo de vida e cultura nas novas gerações, mas também que essas sociedades enfrentam novas situações com relativamente sucesso. A experiência do estudioso com um povo como o *ená-wenê-Nawê*, mostra que esses índios nunca se mostraram perdidos diante de novas situações que eram completamente novas para eles. Ele aponta para o sociólogo Florestan Fernandes (1989) que disse que a educação Tupinambá caracteriza por ser tradicional, sagrada e fechada. Outras formas de educação são caracterizadas de forma diferente.

Existe uma caricatura do homem e da mulher indígenas que vem dos tempos coloniais e que diz "visto um índio, vistos todos". Vocês, melhor do que eu, sabem que essa generalização é inteiramente gratuita e falsa. Para um observador não-indígena, para um bom antropólogo, por exemplo, a imagem do índio que fica é bem a contrária: que o indígena faz o que bem quer, com liberdade às vezes quase raiando em anarquia, pois cada índio é ele mesmo. A alteridade, afinal, é a liberdade de ser ele próprio. A pedagogia, parafraseando o músico Yehudi Menuhi, quando recebia o prêmio Príncipe de Astúrias, é educar para a liberdade e ela se dá "quando concedemos aos outros a liberdade de serem eles mesmos, de dar e ajudar". (MELIÀ, 2000, p. 12).

O autor prossegue dizendo que seria preciso ver qual alteridade cada indígena projeta e deseja para si. Essa alteridade se confunde com a constituição da pessoa, sua construção e seu ideal. Os ideais da pessoa, os padrões, independentemente de qualquer tendência funcionalista, não se fixam em estereótipos ou fotocópias. A educação sempre cria algo novo que a realidade biológica nunca pode oferecer. Uma história de palavras inspiradas que não podem ser aprendidas ou memorizadas e, portanto, não podem ser ensinadas. Cada um é sua palavra, recebida e falada com decência, e essa palavra é criada simultaneamente com sua pronúncia, como uma energia que floresce.

Qual a minha trajetória pessoal no prolind e na minha comunidade?

Em questão do Prolind até onde me recordo ele teve uma duração de construção de anos e mais anos, foram 15 anos de construção do Prolind para a formação dos professores. Até então a construção do Prolind era somente para a continuação da formação dos professores atuantes, mas como não obtive a quantidade de 70 professores, resolveram ofertar vagas para todas as comunidades independente para professores atuantes ou não atuantes na área de professores indígenas.

Tive o privilégio de concorrer uma dessas vagas, aliás no começo eu não sabia dessa construção que levou anos e anos; através de uma pessoa que eu soube que ia ter um processo seletivo onde que teve uma redação na qual eu não sabia e os demais colegas também não sabiam do tema. Fui na fé e na coragem fazer essa prova na qual eu não havia estudado por que eu tinha livros para estudar, observei dentro do ônibus onde foi fornecido para nós irmos fazer essa prova; onde todos estavam estudando as diretrizes e matrizes curriculares. Eu vendo aquilo eu disse pra mim mesma e para Deus, será que eu vou conseguir no meio de tantas pessoas estudadas mais do que eu?

Graças a Deus que eu fui mesmo assim nesta coragem e determinação que existe dentro de mim, não foi fácil vê uma galera estudando e eu ali sem muito apoio moral e nem tão pouco com livros para estudar; só teve um

momento onde eu havia dado uma pescoçada num livro da colega que eu vi a questão do bilingue, só olhei a palavra bilingue.

Pois não tinha como estudar o conteúdo do livro, por que este livro estava com uma das colegas estudando; mas... eu ali sem ter nenhum livro para ler, observei atentamente as escondidas as páginas do livro que nem me recordo muito só me lembro da palavra bilíngue.

Mesmo assim eu fui chegando na UFES cada um foi pra dentro de uma sala onde foi falado o que era para fazermos. Depois desta conversa e pedidos para guardar e desligar os celulares, em seguida entregaram a avaliação que era uma redação, me depararei com a situação do bilinguismo onde eu nem sabia o que era essa palavra. Mesmo assim puxei da memória em relação do bilíngue onde eu havia olhado no livro de uma colega, mas com tempo depois da redação começaram a relatar nos jornais sobre o bilíngue e até mesmo ouvi poucas vezes dentro da comunidade, então me concentrei da melhor forma possível e comecei a escrever a redação; terminei a redação e aí começou o sofrimento; será que eu passei na redação...

Não me recordo o dia e data que saiu o resultado, só me lembro que quando eu cheguei no CMEI onde eu trabalhava como manipuladora de alimentos veio pessoas me cumprimentar e me dá os parabéns por ter passado na redação com 6,0 pontos. Isso pra mim foi uma imensa alegria e gratidão a Deus pois eu não sabia o que falar na redação, lógico antes de saber do resultado fiquei com medo de não ter conseguido; mas logo me aliviei com o resultado da aprovação isso para mim foi uma felicidade só. Desde então agradei a Deus por essa aprovação no Prolind, pois era um sonho meu sendo realizado por começar fazer parte de uma faculdade indígena; sou grata a pessoa que sempre estava me informando sobre o processo do Prolind que hoje ela é a atual diretora da EMEFI Lucenilda, sempre desde pequena, apesarde eu não ter crescido muito em altura; no ano de 2015 comecei a participar da faculdade do Prolind. Sempre foi um sonho meu de ser professora, desde pequena que era isso que eu sempre quis, antes disso eu havia feito o meu primeiro processo seletivo para professor; quando fiz o primeiro processo para professor não havia começado o Prolind.

Quando fiz o processo seletivo para professor eu consegui através de uma declaração do Prolind, e foi aí que comecei de fato a iniciar a minha carreira como professora no ano de 2016, não foi fácil, tive muitas dificuldades pelo caminho. A minha trajetória no Prolind não foi fácil, pois eu tinha muitas dificuldades para se expressar e apresentar trabalhos. No começo estava indo tudo bem, até que engravidei e em 2017 tive o meu bebê tive a minha primeira licença maternidade do Prolind e também na Prefeitura; muitos até falaram que eu havia estragado tudo com a minha gravidez em relação do Prolind e do meu primeiro ano de trabalho na Prefeitura.

Realmente para mim como mãe não foi fácil deixar o meu bebê com apenas 4 meses de vida para trabalhar e fora ainda retornar ao Prolind, graças a Deus que eu sempre o levava para o Prolind. Nada é fácil para nós mulheres, as vezes me dava um desanimo só de sair para ir para o trabalho e para o Prolind a noite, tive várias vezes em desistir de tudo achando que não daria certo. Mas no final tudo deu certo, continuei nos troncos e barrancos, mas não desisti; nessa nossa oportunidade na faculdade do Prolind tivemos a honra de ter a pedagoga do Prolind para nos ajudar e ainda ela sendo uma indígena com suas trajetórias importantíssima na nossa comunidade que é a Leidiane, assim que retornei ao Prolind da maternidade a Leidiane me chamou para ter uma conversa comigo. Pois bem eu fui procurar a saber o que houve, chegando lá pra minha surpresa ela me disse que eu tinha pendências no Prolind, no qual que eu não sabia dessa existência de pendências.

Foi aí que tive a minha primeira vontade de desistir do Prolind, então falei para ela que eu estava de licença maternidade no período destas atividades atrasadas e mal-feitas. Tive que fazer e refazer trabalhos no prazo de 10 dias e mandar para o Prolind para não ficar reprovada devido a falta de irresponsabilidades das pessoas sem me enviar as atividades para fazer, então agradeço a Leidiane por ela ter me ajudado nestas questões da maternidade que não foi nada fácil para mim. Ao longo dos anos no Prolind encontramos professores maravilhosos e outros nem tanto assim, no ano de 2019 descobri que estava mais uma vez grávida para minha surpresa, fiquei muito triste quando descobri, pois, eu tinha um filho com 1 ano de idade; fiquei bastante chateada comigo mesma por esta gravidez chorei horrores achando que mais

uma vez eu não iria da conta de nada, nem no Prolind, nem no trabalho e muito menos de tomar conta e dá conta de um filho com 1 aninho.

No mesmo ano de 2019 fiz a ultrassom para minha surpresa, grávida de gêmeos aí mesmo que fiquei sem chão; não sabia se eu iria dá conta de tudo. No ano de 2020 no mês de março tivemos que fechar as escolas devido a covid, então foi um tormento para mim, fiquei com muito medo pela minha gravidez muitas preocupações surgiu devido a pandemia e minha gestação. Tivemos que estudar e trabalhar em casa com nova era, que no caso a era digital; tivemos que aprender muitas coisas que jamais achávamos que iria conseguir.

Estamos no ano de 2022 e estamos nós aqui ainda no Prolind, a trajetória que não está sendo muito fácil de uns meses pra cá; pensei em desistir por várias e várias vezes. Sou grata a Deus e a minha família por não ter me deixado, mesmo com todos os desafios, eu continuei e continuo firme e forte.

A minha vida na minha comunidade tento da o meu melhor, como já disse fui liderança colocada pela própria comunidade, tive a oportunidade de trabalhar e conhecer uma pessoa extraordinário que é o Douglas. Pois tive essa oportunidade de trabalhar com ele e com muitas outras pessoas maravilhosas na AITG, fui uma fiscal, mas sempre que eu ia procurar informações e conversar eu sempre fui bem recebida sempre prontos a me fornecerem respostas com integridade. Ficamos juntos na AITG durante 6 anos.

Então essa foi a minha trajetória no Prolind e na minha comunidade, por mais que somos mulheres sempre vai ter pessoas que te levanta para te ensinar e fazer você a superar os desafios da sua vida. Sempre falo com todas as meninas que temos que conquistar os nossos espaços, assim como a Leidiane me ajudava com palavras de superação e com uma determinação para continuarmos e principalmente nunca e jamais desistir de nossos sonhos, e ir além para conquistarmos os nossos espaços.

Política

Política é sempre um tema controverso e complexo. No caso ora relatado, observa-se que antigamente dentro da comunidade essa era pautada em prol da coletividade e não do pessoal, como é visto atualmente. As reuniões, sempre foram realizadas com o pequeno grupo da comunidade, que nesse período de muitos anos era pouca família e os povos eram mais retraídos e as mulheres não tinha muita fala perante a comunidade. Hoje dentro da comunidade acabou acarretando e deixando um pouco da política dentro de si, podemos perceber que na realidade a política acabou se alastrando aqui dentro da comunidade de Caieiras Velha.

Numa votação que teve aqui na comunidade para o novo cacique percebi, que a pessoa que estava vindo para o cacique não concordava com a porcentagem dos votos baixo. A pessoa havia conseguido 237 votos, mas ele não aceitou e teve que pedir para a comunidade ir votar mais uma vez; ele queria o 50+1 dos votos. Então mais uma vez a comunidade compareceu na cabana de reuniões para votar, logicamente as pessoas que não votaram.

Minha trajetória na AITG e no GRUPO da LIDERANÇA

No começo desse ano, eu fazia parte desse grupo da liderança. No ano de 2017 comecei a fazer parte da liderança, era na gestão do ex-cacique Fabiano Lemos; pra mim foi um grande aprendizado muito bom para minha pessoa.

Fiz parte da liderança até o final de 2017, pois havia parado a minha caminhada para ganhar o meu bebê e depois disso não participei mais. No ano de 2021 voltei para a liderança na gestão do ex- cacique Sezenando, fiquei participando até no começo desse ano; e com a entrada da nova gestão então não participo mais.

Durante 6 anos fiz parte da AITG, foi uma vivência maravilhosa que tive; nela eu fazia parte da fiscalização na AITG. Este grupo da associação foi formado com a pessoa do Douglas Lemos, tive uma grande oportunidade para esta nestes dois grupos; como moradora dessa comunidade tive muito orgulho de ter dado a minha participação nestes grupos. Sou grata pela gestão que me acolheram de braços abertos, tanto na liderança como no grupo da AITG.

Hoje podemos perceber que as mulheres estão a cada dia ter o seu espaço

dentro da comunidade, mas ainda continuamos sofrendo um grande machismo ainda, estamos tentando o todo instante ter a nossa própria existência dentro e fora de nossa comunidade; infelizmente as mulheres são caladas de alguma forma, mas são caladas. Este ano fiquei muito feliz pelas mulheres, por terem uma coragem e ousadia para estarem formando uma chapa para estar concorrendo a AITG; então todas nós mulheres queremos ter mais visibilidade dentro de nossa comunidade.

Como podemos construir abordagem das mulheres na política na construção do currículo Escolar Indígena para ajudar no trabalho dos professores(as) indígenas?

Este tema sobre as mulheres na política tem que ser trabalhado dentro de nossas escolas indígenas, para mostrar para essas gerações e as que estão por vir a capacidade que nós mulheres temos. Logicamente com essa abordagem seria interessante que todos os alunos tivessem o conhecimento da capacidade das mulheres e acabar com o machismo, outra coisa interessante é relatar sobre a voz feminina nos espaços, tanto dentro de nossas escolas como pra fora também.

Embora esse trabalho seja voltado a discutir questões de mulheres indígenas na política interna, não pode-se de deixar de abordar o caso de Marielle Franco da Silva, que era socióloga e política brasileira que infelizmente a sua voz foi calada como de tantas outras mulheres guerreiras. Ela foi morta no ano de 2018, até hoje está no ar ainda “Quem matou a Marielle Franco”; ela defendia os direitos humanos e o feminismo, mas infelizmente foi calada há tiros.

Infelizmente não temos mulheres indígenas na política externa, mas temos as assessoras tupinikins, mas seria muito interessante se tivessem diretamente na política. E outra coisa, assisto jornal e vejo que as escolas de países de primeiro mundo as crianças já tem a noção sobre a política; por isso que eu acho que é um tema bastante relevante para levar para o espaço escolar.

Vale lembrar que temos mulheres indígenas na política, pois essas mulheres não são do território Tupinikim. O nome de uma delas é a Joenia Wapichana, pois o seu povo é Wapichana; ela foi eleita pelo estado de Roraima sendo a primeira indígena mulher deputada federal no Brasil. Temos que inserir para as escolas sobre essas questões da política, pois podemos perceber que os nossos filhos e alunos não tem muito conhecimento da política.

CONCLUSÃO

A realização dessa pesquisa mostrou que a participação feminina intensificou-se e expandiu-se na luta por seu espaço na sociedade, levando outras mulheres a reivindicar seus direitos, trabalhando fortemente em prol de sua cultura para que ela permaneça viva.

Nesta pesquisa em um primeiro momento foi feita uma discussão teórica sobre memória, cultura e identidade, conceitos ligados às mulheres indígenas por representarem sua história, quem são e como suas identidades são difundidas. Posteriormente, apresentada a política, luta por direitos e feminismos indígenas.

Além de várias formas de violência externa, incluindo estupro e exploração sexual, mulheres e meninas indígenas também enfrentam problemas dentro de suas próprias comunidades, como violência doméstica e violência causada pela introdução de hábitos externos (como o alcoolismo) na aldeia. Os povos indígenas reconhecem e condenam as muitas práticas discriminatórias que sofreram: casamentos forçados, violência doméstica, estupro, acesso limitado à terra, organização e participação política restritas e outras formas de dificuldades enfrentadas pelo patriarcado na comunidade. Embora esta seja uma área delicada que precisa ser tratada, é necessário compreender os requisitos das organizações de mulheres indígenas, tendo em vista a necessidade de enfatizar o multiculturalismo específico.

As mulheres indígenas são consideradas protetoras e guardiãs dos valores culturais e são responsáveis por garantir a perpetuação de seu povo; portanto, as violações dos direitos culturais das mulheres indígenas muitas vezes levam à violência espiritual contra as mulheres indígenas. Embora essa divisão não seja a mesma entre todos os grupos étnicos, as mulheres geralmente são responsáveis por tarefas relacionadas ao preparo de alimentos, cuidados infantis e algumas atividades rurais. Para sustentar a família, educar os filhos e passar a tradição para outras pessoas. O papel das mulheres indígenas é manter a vitalidade de sua cultura e identidade.

Além de belas, as mulheres indígenas estão ganhando cada vez mais destaque nos movimentos sociais, participando cada vez mais da vida política e assumindo um papel cada vez maior na luta pelos direitos tradicionais nacionais. Eles têm se tornado cada vez mais protagonistas e símbolos de resistência na luta pelos direitos dessas pessoas.

BIBLIOGRAFIA

BÁ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / Editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed.rev.

– Brasília: UNESCO, 2010. IN: MACHADO, Adilbênia Freire. Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2014.

BÁ, Amadou Hampâté. Amkoullel, o menino fula. São Paulo: Palas Athenas: Casa das Áfricas, 2003. IN: MACHADO, Adilbênia Freire. Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: feminismo e a questão do 'pós-modernismo'. Cadernos pagu (11) 1998: pp.11-42.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. Trad.:Renato Aguiar, 9ª ed., 2015.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

Chartier, R. (2015). El pasado en el presente: literatura, memoria e historia. Artcultura, 15(27). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/29332>

DODEBEI, V;FREIRE, J. R. B.; CABRAL, José S.. Patrimônio em rede, memória criativa e performance: um estudo da comunidade indígena on-line 'Arco Digital' (qualificação). 2010. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduaçãoem Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31849>. Acesso em: 22 de janeiro. 2021.

FERREIRA, A. L. N. ; MOTA, FERNANDA . Subjetivação, estética da existência e educação em Foucault. Fundamentos , v. 1, p. 21-35, 2018.

FURTADO, Cláudio Alves, SANSONE, Livio. (Org.). Lutas pela memória em África. Disponível

GUIMARÃES, Jéssica. Os Retalhos da Memória e Intertextualidade em Vulgo Grace de Margaret Atwood. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

JARDIM, George Ardilles da Silva Jardim. O individualismo na cultura moderna. Revista Eletrônica de Ciências Sociais – Número 7 – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, setembro de 2004.

JELIN, E. O trabalho de memória. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002.

KAHN, Marina; FRANCHETTO, Bruna. EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL: conquistas e desafios. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP, EDUSC, 2001, 454 pp.

LASCH, Christopher. A cultura do narcisismo. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LASCH, Christopher. O Mínimo Eu - A Sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Lipovetsky, Gilles. A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada / Gilles Lipovetsky e Jean Serroy ; tradução Maria Lúcia Machado. — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, Dezembro/99. Publicado em 10 Out 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/LP3BV6QHbqSgTdPYXT9YZFG/?lang=pt>>. Acesso em: 31. ago. 2021.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de ; COUTO, I. H. P. . As transformações da memória indígena na contemporaneidade. INCID: REVISTA DE DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO , v. 8, p. 163, 2017.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURÃO JÚNIOR, CARLOS ALBERTO ; FARIA, NICOLE COSTA . Memória. Psicologia-Reflexão e Crítica, v. 28, p. 780-788, 2015.

PATRIOTA, Lucia Maria. Cultura, identidade cultural e globalização. Qualitas Revista Eletrônica, Campina Grande - PB, 2002.

PAWLOWSKI, Cristiane. As mulheres no Rock: as identidades femininas e o sujeito pós-moderno em letras de Rita Lee, Fernanda Takai e Pitty. Guarapuava: s.n, 2013. 143 p. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Estadual do Centro Oeste.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

REIS, Carla Andressa Sousa; MORATELLI, Gabriella D'Almeida Magalhães. Uma árvore em crescimento, in: Gastronomia, cultura e memória. Por uma cultura brasileira do milho. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2017.

RICOEUR, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Trad. Alain François [et al]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. Rio de Janeiro: Revista Intratextos, v. 5, n. 1, 2013.

ROBIN, Régine. A Memória Saturada. tradução: Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

RUSSO, P. F. . Um estudo sobre a construção da memória acerca dos mortos desaparecidos políticos da Ditadura Civil-Militar brasileira (1974-1985). In: 30º Simpósio Nacional de História: História e o Futuro da Educação no Brasil, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História: História e o Futuro da Educação no Brasil, 2019.

SACCHI, Angela . Mulheres Indígenas e Participação Política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. REVISTA ANTHROPOLÓGICAS , v. 14, p. 105-120, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. História, Memória e Literatura: O testemunho na era das catástrofes. São Paulo. Unicamp, 2003.

SOUSA, A. S. ; SARAMAGO, G. ; ALVES, L. H. . A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. FUCAMP Cadernos , v. 20, p. 64-83, 2021.

SOUZA, E. M. . A biografia, um bem de arquivo. Alea. Estudos Neolatinos , v.10, p. 121-129, 2008.

TAYLOR, Charles. As fontes do Self. São Paulo: Edições Loyola, 1994.